Jornalistas curitibanos: percepções a respeito do *gatekeeper* e da teoria organizacional[1]

Elza Aparecida de Oliveira Filha[2]
Universidade Positivo – Curitiba/PR

Resumo
Os jornalistas curitibanos ouvidos na presente pesquisa admitem que suas convicções morais e éticas 'interferem muito' no enfoque que dão a seu trabalho, enquanto 'raramente' suas ideias e posturas políticas exercem influência. Os mesmos profissionais estão satisfeitos com as condições de trabalho oferecidas pelas empresas que os empregam; consideram, majoritariamente, que a linha editorial dos veículos nos quais trabalham é 'perfeitamente clara' e classificam como 'democrática' a organização hierárquica das redações onde atuam. Estes dados fazem parte da pesquisa que originou o artigo: uma amostra aleatória composta por 35 profissionais de variadas redações da capital paranaense que foram ouvidos por estudantes da disciplina Teoria da Comunicação, do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. As entrevistas compõem um painel que merece ser discutido.

Palavras-chave

Teoria organizacional; teoria *gatekeeper*; jornalistas curitibanos.

Introdução

Com objetivo de contribuir na compreensão das teorias organizacional e *gatekeeper* - constantes do conjunto de temas abordados na disciplina Teoria da Comunicação, que integra a grade horária do segundo ano do curso de Jornalismo da Universidade Positivo - os acadêmicos foram convidados a entrevistar jornalistas atuantes em diversas redações curitibanas. Todos os profissionais consultados trabalham em veículos, não em assessorias de imprensa ou agências de comunicação.

Dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná informam que menos de 500 profissionais atuam diretamente nas redações de veículos noticiosos de Curitiba. No mês de março de 2013, exatos 464 jornalistas tiveram descontados, em folha de pagamento, suas mensalidades sindicais pelos departamentos de pessoal de seis emissoras de rádio, seis emissoras de televisão e quatro jornais impressos que mantêm acordo com a entidade

[1] Trabalho apresentado ao GT Teorias do Jornalismo do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2006), mestre em Sociologia pela UFPR (2002), professora do curso de Jornalismo da Universidade Positivo (Curitiba/PR), ex-coordenadora do GT Jornalismo Impresso da Intercom (2009 a 2012).

representativa da categoria para efetuar o repasse da contribuição sindical. Este número abarca a maioria dos jornalistas de redação de veículos na capital paranaense embora, evidentemente, existam profissionais não sindicalizados e outras empresas de menor porte que não têm acordo de transferência de mensalidade com o Sindicato. Se considerarmos um número estimado de 500 profissionais nas redações, o universo pesquisado de 35 jornalistas representaria algo em torno de 7% do total, uma amostra defensável – embora os critérios de escolha dos entrevistados tenham sido aleatórios.

O questionário com 10 perguntas buscava, em primeiro lugar, informações básicas a respeito do tempo de exercício profissional e local de atuação do entrevistado. A seguir, procurava evidenciar o conhecimento dos jornalistas a respeito da teoria do *gatekeeper* e solicitava a identificação do principal *gatekeeper* da redação na qual o jornalista trabalha.

Na tentativa de dimensionar a influência da subjetividade do profissional no resultado de seu trabalho, duas questões indagavam: "Você considera que suas convicções morais e éticas interferem no enfoque que você dá ao seu trabalho jornalístico?" e "Você considera que suas ideias e posturas políticas interferem no seu trabalho jornalístico?".

No âmbito dos aspectos estudados pela teoria organizacional, a pesquisa buscou informações a respeito das condições de trabalho nas redações (citando, especificamente, os equipamentos, veículos para locomoção, acesso a tecnologias etc); da organização hierárquica e do esclarecimento do jornalista em relação à linha editorial do veículo, incluindo vetos a publicações ou insistência na divulação de qualquer assunto.

Antes de detalhar os resultados alcançados na amostragem - que, reitera-se, é aleatória e restrita não podendo ser generalizada para o conjunto do profisseionais curitibanos -, torna-se importante estabelecer os fundamentos, abordagens principais e conceitos chave que compõem as teorias organizacional e *gatekeeper*.

1.Aspectos pessoais

A notícia é principal produto jornalístico, presente em todas as mídias informativas e foco primeiro do interesse do público quando demanda o conhecimento atualizado da contemporaneidade que é fornecido pela imprensa. O presente texto adota a definição de notícia formulada por Jorge Pedro Sousa no livro *Teorias da Notícia e do Jornalismo*, ressaltando que o autor faz questão de estabelecer o caráter rudimentar de suas colocações:

> [Notícias são] artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e de fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (SOUSA, 2002. p.13).

Com base em conclusões de variadas pesquisas que buscam hipóteses explicativas[3] para definir porque as notícias são como são, Sousa conforma um conjunto de fatores que justificariam o conteúdo disponibilizado ao público pelos meios noticiosos. Neste artigo, o recorte da discussão estará limitado aos aspectos pessoais (estudados, dentro outras formulações, pela teoria do *gatekeeper*), e fatores sociais que estão descritos na teoria organizacional, além de outros aportes teóricos.

A mais conhecida hipótese explicativa a respeito dos elementos conformadores da notícia no âmbito da ação pessoal é o *gatekeeper*, designação dada ao jornalista que tem poder de decidir o que será publicado. Os estudos baseados nesta hipótese buscam avaliar o papel do profissional, enquanto pessoa individual, na definição do que é tornado público por meio dos produtos noticiosos. As pesquisas precursoras sob este enfoque, datadas dos anos 1950, apontavam a seleção das notícias como um processo altamente subjetivo, influenciado pelas experiências, valores e expectativas do *gatekeeper*.

David White, quem primeiro utilizou o termo nas pesquisas de jornalismo, estudou o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizacionais para definir os pontos que funcionam como 'cancelas', que determinam se a informação passa ou é rejeitada. O mais conhecido levantamento de campo envolveu um editor de meia idade de um jornal de porte médio em uma cidade de 100 mil habitantes, Mr. Gate, que durante uma semana anotou as razões de ter aceitado ou rejeitado os informes noticiosos que recebia das agências. "É somente quando analisamos as razões apresentadas por Mr Gate para rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para a qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de 'notícias' é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do 'gatekeeper' (...)" (WHITE, 1993, p.145, apud TRAQUINA, 2004, p. 150).

[3] Adota-se aqui o enunciado "hipótese explicativa" no lugar de "teoria da notícia" em consideração ao fato de que, no mais das vezes, as "teorias" são complementares e não se anulam umas às outras.

> Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, portões, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher esta notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo 'portão'; se não for, sua progressão é impedida (TRAQUINA, 2004, p.150).

Hoje, aceita-se que as opiniões pessoais dos *gatekeepers* não são meramente singulares, mas se expressam atravessadas por toda uma lógica de interesses. Sousa indica outros aspectos da ação pessoal dos jornalistas que, em todos os estamentos profissionais - dos repórteres aos diretores - influenciam a construção das notícias: a auto-imagem que o jornalista tem de seu papel, suas concepções éticas, os valores morais, as posições políticas etc. Ao citar um estudo feito por Flegel e Chafee (1971), no qual a hipótese original do *gatekeeping* como um sistema altamente subjetivo foi colocado à prova em inquérito que envolveu profissionais de dois jornais com posturas políticas diferentes, o autor conclui: "Os resultados mostram que, pelo menos em parte, o processo de *gatekeeping* também depende da ação pessoal dos *gatekeepers*, já que os jornalistas inquiridos informaram que eram fortemente influenciados por suas próprias opiniões, a que se seguia às opiniões dos editores, leitores e anunciantes" (SOUSA, 2002, p.44).

Em um levantamento sobre a cultura profissional dos jornalistas argentinos (BÉLIZ e PUCEIRO,1998, p.53) foi constatado que a própria escala de valores morais, além dos princípios e ideias políticas, influenciavam no enfoque da informação: 60% dos entrevistados disseram que seus valores morais influenciavam muito e 29% que tinham alguma influência; enquanto 30% informaram que suas ideias políticas influenciavam muito e 42% admitiram que exerciam alguma influência no enfoque das matérias. É significativo perceber que menos de um quarto dos jornalistas argentinos disseram que seus próprios princípios ou ideias políticas têm pouca (14%) ou nenhuma (10%) influência na hora de enfocar uma informação. Questões semelhantes, como se verá na sequência, foram feitas aos jornalistas curitibanos.

Apesar do reconhecimento deste quadro de influência individual, que se expressa mesmo na escolha das palavras e na formulação das frases, estudos variados comprovam a existência de fatores 'maiores' que pesam sobre as definições editoriais. Tunstall (1971, p.122) diz que "os valores-notícia tendem a se sobressair sobre os valores políticos, tanto para os jornalistas quanto para os jornais". De uma maneira geral, estudos posteriores reduziram a importância do papel individual do jornalista na definição do que é publicado,

embora Sousa (2202, p, 45) conclua: "...as notícias possuem sempre a marca da ação pessoal de quem as produz, embora temperada por outras forças conformadoras".

Possivelmente por isso, alguns autores ampliam a visão da sociologia clássica da comunicação em relação ao *gatekeeper*. Rebelo diz que, na teoria dos sistemas, a instância que assegura a interface entre a empresa jornalística e o meio envolvente é o *gatekeeping*. "Mais do que um mero seleccionador de ocorrências, susceptíveis de conversão em notícias (operação habitualmente atribuída aos jornalistas), o *gatekeeper* é o gestor do processo de adaptação das notícias às reacções suscitadas pela respectiva difusão. É o agente regulador dos *media*" (REBELO, 2000, p.36). Nesse sentido, além do jornalista, a instância de regulação pode incluir o conselho de administração da empresa, os principais acionistas, o conselho de redação ou até sociedades de leitores, quando existirem.

2. Aspectos organizacionais

Raramente os jornalistas trabalham sozinhos; no geral, desenvolvem sua atividade em "organizações noticiosas [que] a partir de *imputs* informativos fabricam notícias e disseminam idéias, participando, portanto, da indústria cultural ou indústria de produção simbólica (conferidora de sentidos para o mundo)" (SOUSA, 2002, p. 53). As condições financeiras das empresas jornalísticas, seu porte, sua abrangência (em termos de público e área geográfica de atuação); a rotina produtiva da redação e as condições solicializadoras em cada local de trabalho são aspectos estudados por diferentes perpectivas que compreendem o que se convencionou denominar de teoria organizacional.

As rotinas produtivas são parte constituinte do *habitus*[4] e, de maneira circular, são constantemente afetadas pelos próprios valores compartilhados pelo grupo social – no caso, os jornalistas curitibanos e mesmo os grupos de profissionais em cada redação.

> As rotinas, até porque muitas vezes diferem de organização para organização, são freqüentemente corrigidas, mas são também o elemento mais visível que permite mostrar que a maior parte do trabalho jornalístico não decorre de uma pretensa capacidade intuitiva para a notícia nem de um hipotético "faro" jornalístico, mas de procedimentos rotineiros, convencionais e mais ou menos estandardizados de fabrico da informação de atualidade. As características empresariais dos órgãos de

[4] Entende-se *habitus* na concepção de Pierre Bourdieu (1983, p. 61) como: "um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente".

> comunicação também tiveram – na minha opinião – o seu papel no surgimento das rotinas profissionais, já que implicam uma gestão criteriosa dos recursos humanos e materiais, de forma a potencializar os lucros, diminuir os custos de exploração e racionalizar os processos de trabalho (SOUSA, 2002, p.50).

O sociólogo norte americano Warren Breed descreve, em estudo elaborado em 1955, o contexto profissional-organizativo-burocrático que exerce influência decisiva nas escolhas dos jornalistas. Um conjunto de mecanismos de punição e recompensa foi identificado como capaz de promover o conhecimento e a aceitação dos limites organizacionais por parte dos jornalistas em cada local de trabalho. Pena (2006, p. 136/137)) sintetiza estes mecanismos:

- autoridade institucional e sanções (distribuição das pautas, edição, alterações nos textos, assinatura etc.);
- sentimento de dever e estima para com os chefes;
- aspirações de mobilidade profissional;
- ausência de fidelidade de grupo contrapostas;
- caráter prazeroso da atividade (cooperação no trabalho);
- notícia como valor maior (une interesses chefias e profissionais – trabalho constante e desafiador): é na atividade de buscar notícias que os jornalistas "investem tempo, em vez de contestar a linha editorial da empresa. A harmonia entre os jornalistas e seus superiores é sedimentada pela realização do trabalho comum a ambos: obter notícias" (PENA, 2006, p. 137).

O mesmo estudo aponta, por outro lado, fatores que indicam a relativa autonomia dos jornalistas que podem, pelo menos parcialmente, "fugir do controle social da empresa"(idem). São eles: as normas da política editorial nem sempre são claras (aprende-se por 'osmose') e os jornalistas podem alegar desconhecimento dos limites empresariais quando publicam alguma coisa contrária ao interesse patronal; os profissionais têm uma margem de 'autonomia própria', sobretudo os repórteres especializados em determinadas coberturas ou editorias; em último caso, os jornalistas podem passar a informação para a concorrência e 'forçar' a publicação da notícia também no veículo para o qual trabalham.

De acordo com Breed, os jornalistas conhecem a política editorial das empresas onde atuam. Ele descreve que se dá "por osmose" o processo por intermédio do qual os jornalistas tomam conhecimento desta política, descobrindo e interiorizando os direitos e obrigações de sua função, bem como seus valores e regras.

> Todos, com excepção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprenderam 'por osmose'. Em termos sociológicos, isso significa que se socializaram e 'aprenderam as regras' como um neófito numa sub-cultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza as obrigações e direitos do seu estatuto. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensa e evitar penalidades (BREED, 1993, p. 155).

Esta é, em linhas gerais, a mesma conclusão alcançada por Tunstall em seu inquérito com jornalistas britânicos: "Executivos *sêniors* controlam a edição onde mudanças podem ser feitas para alinhar as matérias com a diretriz; mas qualquer repórter do *Daily Express*, por exemplo, tem por experiência e observação uma idéia razoavelmente específica de quais tipos de matérias vão ser usadas por aquele jornal" (TUNSTALL, 1971, p.46).

Citando Solosli (1993), Jorge Pedro de Sousa (2002) evidencia os constrangimentos organizacionais que pesam sobre o trabalho jornalístico, salientando o caráter adaptativo do processo de internalização dos parâmetros da empresa:

> A natureza organizacional das notícias é determinada pela interação entre o mecanismo de controle transorganizacional representado pelo profissionalismo jornalístico e os mecanismos de controle representados pela política editorial. Em conjunto, esses mecanismos de controle ajudam a estabelecer as fronteiras do comportamento profissional dos jornalistas. (...) As fronteiras são suficientemente amplas para permitir aos jornalistas alguma criatividade, e suficientemente estreitas para se poder confiar que os jornalistas agem no interesse da organização jornalística (SOLOSKI, 1993, p. 100, *apud* SOUSA, 202, p.55/56).

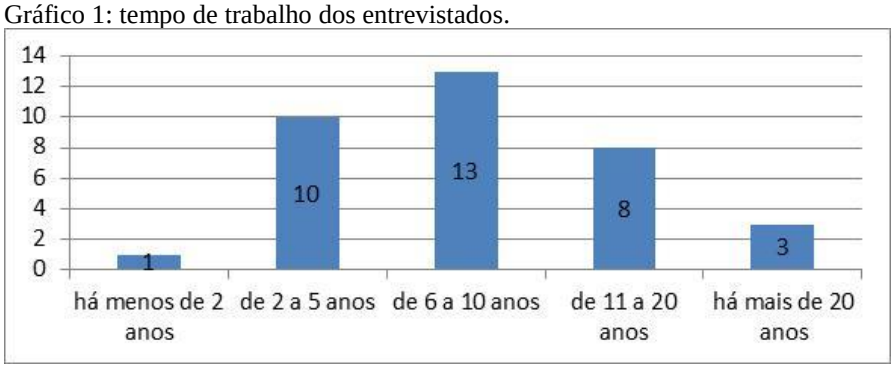
Os aspectos da estrutura burocrática das redações jornalísticas também figuram entre os fatores apontados pela teoria organizacional. De acordo com Traquina (2004, p. 160/161), nesta linha de pesquisa foram identificadas algumas variáveis: o papel do diretor no funcionamento da empresa, com distinções entre dirigentes ativos e passivos; a existência de jornalistas especializados, com autonomia mais ampla nas empresas de maior porte; as dificuldades de comunicação interna maiores nas redações com grande número de profissionais; os mecanismos de controle menos formais e centralizados em empresas de menor porte e com número reduzido de jornalistas.

3. Percepções dos jornalistas curitibanos

` **E**mpregados em diferentes redações de Curitiba, 35 jornalistas foram ouvidos na presente pesquisa. Em relação ao tempo de atuação, treze profissionais trabalham na

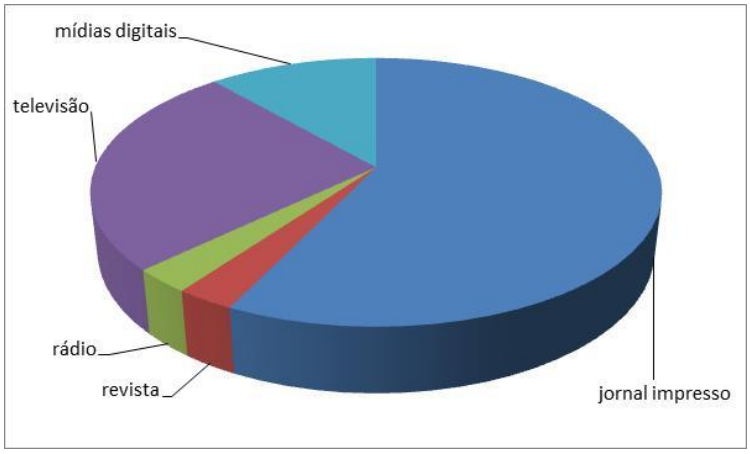
atividade entre 6 a 10 anos; dez estão trabalhando na área entre 2 a 5 anos, oito atuam entre 11 a 20 anos; três há mais de 20 anos e apenas um entrevistado está no mercado há menos de 2 anos.

Gráfico 1: tempo de trabalho dos entrevistados.



No gráfico abaixo, estão descritos os locais de trabalho dos respondentes da pesquisa, com predomínio do jornal impresso. Apenas um dos entrevistados mencionou acúmulo de emprego, declarando atuar, simultaneamente, em uma redação de televisão e outra de mídia digital.

Gráfico 2: local de trabalho



Ao serem inqueridos a respeito da teoria do gatekeeper, 29 entrevistados responderam que conheciam este aporte teórico como uma das formulações que contribuem na explicação de porque as notícias são como são. Outros seis informaram desconhecer a teoria, sendo que, destes, três profissionais estão em atuação entre 6 a 10 anos; dois trabalham entre 11 a 20 anos e um está no mercado há mais de 20 anos. Uma justificativa de desconhecimento, sobretudo para os jornalistas mais antigos, pode estar na falta de

discussão das teorias do jornalismo que apenas de maneira mais recente passaram a integrar os currículos dos cursos de graduação[5].

Dos entrevistados que disseram conhecer a teoria, no entanto, apenas três citaram – quando o questionário pedia uma síntese dos pressupostos da formulação teórica - o aspecto central das conclusões de David White, qual seja, a influência de fatores pessoais nas escolhas processadas pelos jornalistas: "É a teoria que defende que as notícias são do jeito que são porque os jornalistas determinam assim. Ou seja, que a escolha da notícia tem razões sempre pessoais subjetivas", escreveu um dos respondentes; "Segundo essa teoria, a publicação de uma notícia estaria condicionada a critérios pessoais e subjetivos de um ou mais profissionais dentro da redação do veículo. Ao responsável por esse papel, geralmente o editor, coube o apelido de *gatekeeper*. Assim, os critérios de noticiabilidade não estariam baseados objetivamente no interesse público, mas em decisões arbitrárias tomadas por uma pessoa", explicou corretamente outro; enquanto um tercerio entrevistado discorreu:

> Teoria que surgiu em meados dos anos de 1950, nos EUA. O processo de produção da notícia é originado através de uma série de escolhas, onde os fatos passam por diversos *gates*, ou seja, portões, que são as áreas que o jornalista, o *gatekeeper*, deve levar em conta antes de selecionar as informações que se tornarão notícias. A conclusão é de que essas decisões foram arbitrárias e subjetivas, não seguindo um padrão lógico pré-estabelecido, pois os critérios de seleção de notícias dependiam do juízo de valor do jornalista.

O vínculo da teoria com a analogia do portão (*gate*) esteve presente na maioria das respostas, mas as decisões do *gatekeeper*, para grande parte dos entrevistados, estão ancoradas na linha editorial do veículo (citada por cinco deles), nos critérios de noticiabilidade (mencionados em três respostas) ou no interesse público (justificativa presente em duas respostas).

Um dos entrevistados mesclou as teorias organizacional e *gatekeeper* ao escrever: "Por essa teoria, tenta-se pesquisar como uma notícia é 'escolhida' pelos jornalista como notícia veiculável, quais princípios norteiam tais escolhas, e o quanto se trata de decisão a partir da bagagem cultural dos profissionais e quanto depende das orientações dos meios de comunicação em que trabalham". Já outro jornalista formulou um raciocínio na direção do 'alargamento' do conceito de gatekeeper, idenfiticado nas formulações de Rebelo (2000),

[5] Rosa Nívea Pedroso, primeira professora de Teoria do Jornalismo do Brasil, atuou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir de 1983. Em entrevista ao Observatório da Imprensa, ela salientou as dificuldades para organizar a nova disciplina, marcando sua diferença em relação à Teoria da Comunicação, História da Imprensa ou Introdução ao Jornalismo.

citadas anteriormente: "Na prática: a função de 'gatekeeper' está cada vez menos centralizada. Pauteiros definem o que vai ser feito, mas a participação da equipe é grande em sugestões e opiniões. Editor-chefe e editor-executivo definem o que é prioridade entre os materiais que estão disponíveis para ir para o ar e em que ordem".

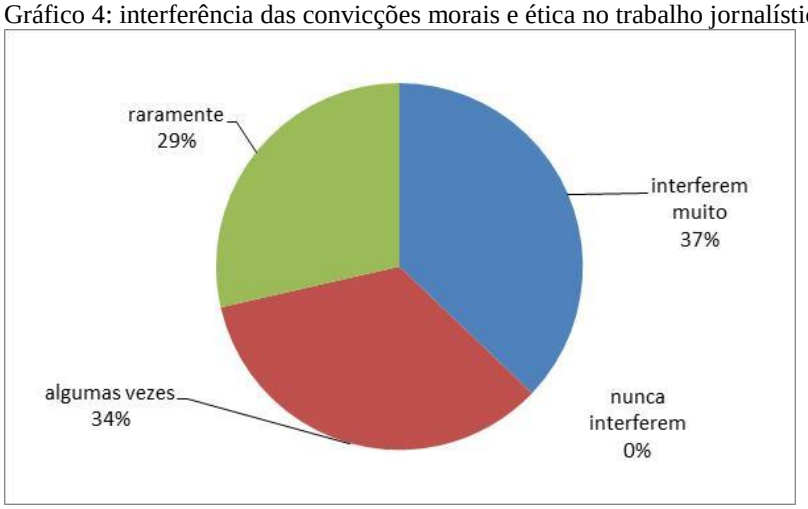
Mesmo que não tenham demonstrado clareza em relação ao conteúdo subjetivo no papel do *gatekeeper*, os entrevistados identificaram, na pergunta seguinte do questionário, quem, em sua opinião, é o principal *gatekeeper* da redação na qual trabalham. Os resultados apontaram:

Gráfico 3: Quem é o **principal** gatekeeper da redação:

Na resposta "outros", presente em quatro entrevistas, apareceram: 'comissão de comunicação voltada para esta função', 'pauta', 'coordenadores de cada editoria' e 'clientes'.

Embora a maioria tenha deixado de citar a subjetividade, na síntese da formulação da teoria solicitada como questão aberta na pesquisa, os entrevistados, majoritariamente, admitem que aspectos subjetivos intereferem no seu trabalho. Ao responderem à indagação "Você considera que suas convicções morais e éticas interferem no enfoque que você dá ao seu trabalho jornalístico?", os resultados foram:

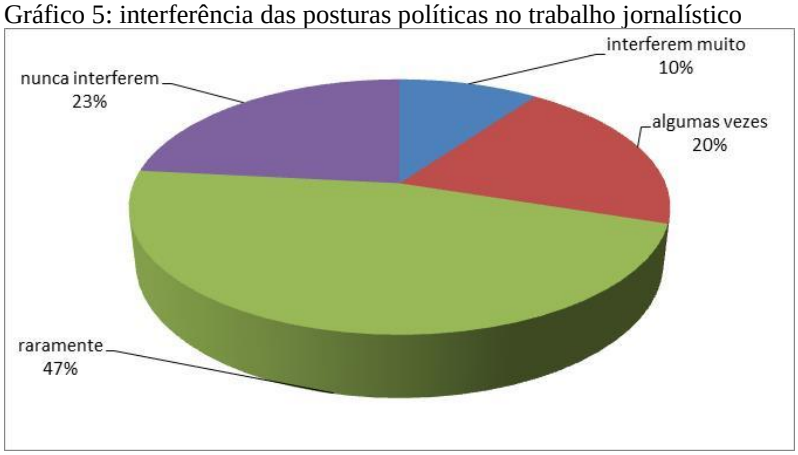
Gráfico 4: interferência das convicções morais e ética no trabalho jornalístico



É relevante perceber que a alternativa mais indicada pelos entrevistados foi que suas posturas morais e éticas 'interferem muito' no enfoque que dão às notíciais. Somada à alternativa que reconhece esta interferência 'algumas vezes', temos mais de 70% do universo pesquisado. Importante, igualmente, é constatar que a alternativa 'nunca inferferem' não apareceu em nenhuma resposta.

Por outro lado, os jornalistas curitibanos ouvidos nesta enquete minimizam a interferência de suas posturas políticas na construção da informação. A questão "Você considera que suas ideias e posturas políticas interferem no seu trabalho jornalístico?" foi respondida da seguinte forma:

Gráfico 5: interferência das posturas políticas no trabalho jornalístico



Neste aspecto existem mais divergências entre os respondentes do que na questão anterior, na qual a tendência amplamente majoriátia foi o reconhecimento da interferência dos valores morais e éticos. Quase metade dos profissionais ouvidos considera ser capaz de separar suas preferências políticas da atuação jornalística, informando que 'raramente' sua subjetividade interfere na formulação da notícia; a isso se somam os que garantem 'nunca'

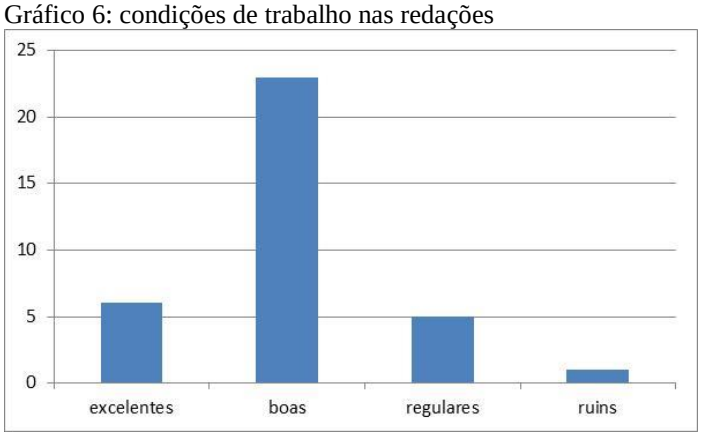
haver interferência e alcançamos um percentual de 70%. Mas, diferentemente da pergunta anterior, existem agora 20% dos jornalistas que admitem a interferência de suas posturas políticas 'algumas vezes' e outros 10% que reconhecem 'muita interferência' de suas convicções políticas na informação que entregam a leitores, ouvintes ou telespectadores.

Uma formulação que pode ser adequada para discutir estes resultados é proposta, entre outros autores, por Sylvia Moretzsohn (2002), para quem o jornalista não deve mascarar o "lugar de fala". De acordo com ela, trata-se de superar o projeto iluminista, condenando mitos como a objetividade ou a imparcialidade jornalística:

> ...o jornalista Ricardo Kotscho apontou a questão com simplicidade, utilizando, conscientemente ou não, os famosos argumentos de Weber sobre a necessidade de o intelectual informar suas fontes teóricas e explicar seus valores: "o leitor tem o direito de saber o que pensa, de que lado está aquele que lhe escreve – é uma informação a mais para que ele possa tirar suas próprias conclusões"[KOTSCHO, 1986, p.8] (...)Com isso, claramente o lugar de autoridade da imprensa se desloca – ou dizendo melhor, muda a qualidade desta autoridade: a institutição deixa de ser onisciente para assumir no discurso o espaço que já ocupa de fato, no jogo de forças que compõem a sociedade (MORETZSOHN, 2002, p. 179).

As três últimas indagações do questionário versavam sobre aspectos da teoria organizacional. A primeira delas indagava a respeito das condições de trabalho oferecidas nas redações, citando aspectos como equipamentos, veículos para locomoção, acesso a tecnologias etc. Os profissionais curitibanos se demonstraram bastante satisfeitos:

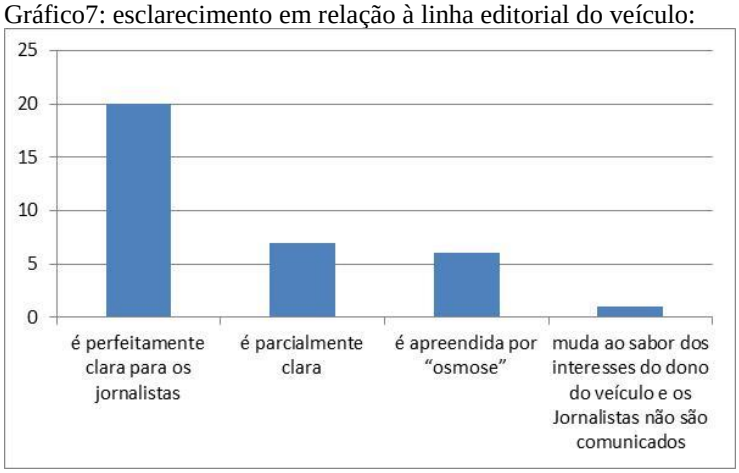
Gráfico 6: condições de trabalho nas redações



Um único jornalista, que trabalha em jornal impresso de menor porte, classificou como 'ruins' suas condições de trabalho. Outros cinco - quatro dos quais são trabalhadores de jornais impressos de maior porte e de revista - optaram pela alternativa 'regulares'para descrever a disponibilidade de equipamentos e tecnologia para execução de suas tarefas.

Quando perguntados "Em relação à linha editorial do veículo em que você trabalha (incluindo vetos a publicações ou insistência na divulgação de qualquer assunto)", as respostas foram:

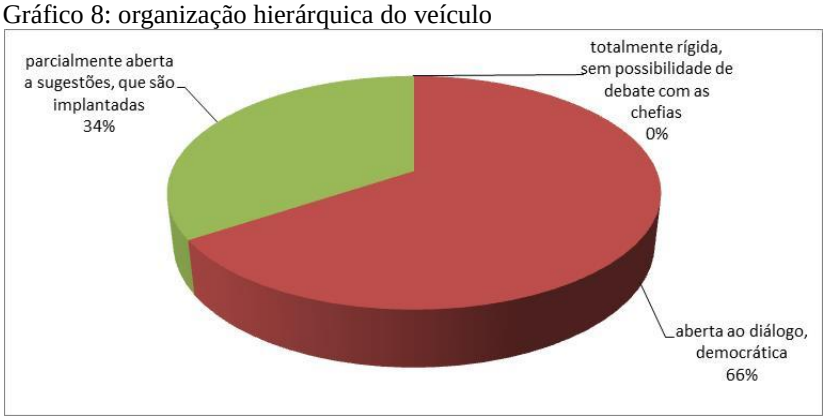
Gráfico7: esclarecimento em relação à linha editorial do veículo:



Como a maior parte dos entrevistados tem mais de cinco anos de atuação profissional, pode ser que esta condição tenha contribuído para que se sintam plenamente esclarecidos em relação aos critérios editoriais dos veículos nos quais trabalham. Quando Breed pesquisou redações de jornais norte-americanos na década de 1950 e identificou que a política editorial é "aprendida por osmose", ele referia-se aos jornalistas novatos, ressaltando que os mais antigos tinham conhecimento dos limites e preferências das empresas. Mesmo considerando este aspecto, é indicativo que 13 profissionais tenham declarado, na pesquisa em tela, que a linha editorial da redação na qual trabalham é 'parcialmente clara' ou que 'é apreendida por osmose' – representando mais de um terço da amostra. Apenas um jornalista, o mesmo que classificou como ruins suas condições de trabalho, considera que a linha editorial no jornal no qual atua 'muda ao sabor dos interesses do dono do veículo e os jornalistas não são comunicados'.

Finalmente, a pesquisa buscou informações sobre a estrutura burocrática e hierárquica das redações, alcançando dados favoráveis:

Gráfico 8: organização hierárquica do veículo



Nenhum jornalista curitibano ouvido na presente pesquisa disse ser 'rígida e sem possibilidade de debate com as chefias' a redação na qual trabalha. A maioria classificou como 'democrático' seu local de trabalho, no qual existe abertura para o diálogo e mais de 30% considera que existe uma abertura 'parcial' a sugestões e que estas são efetivamente implementadas.

Considerações finais

Alguns aspectos merecem sem ressaltados nas considerações finais do presente texto. O primeiro deles diz respeito à forma de coleta das informações que constituem o *corpus* de análise, quais sejam, as entrevistas com 35 jornalistas curitibanos. Realizadas como uma atividade acadêmica - desenvolvida no âmbito na disciplina Teorias da Comunicação, na fase em que se trabalhava com aportes teóricos do jornalismo - o contato dos estudantes com os profissionais das redações favoreceu a apreensão das teorias e oportunizou, para os jornalistas, uma reflexão acerca dos porquês de sua prática, o que é pouco usual no ritmo acelerado da rotina de trabalho.

Em segundo lugar, destacam-se os resultados obtidos no reconhecimento do caráter subjetivo da atividade jornalística. Muitas vezes definida pelos próprios profissionais como objetiva e isenta, a construção da notícia é um processo complexo, condicionado por variáveis múltiplas, entre as quais estão os valores morais, éticos e políticos, os preconceitos e visões de mundo dos profissionais jornalistas. Estes sujeitos são os que escolhem as palavras para narrar suas histórias, definem os títulos das matérias ou reportagens, editam textos, fotos e vídeos, hierarquizam temas e estabelecem o que consideram mais importante para figurar nas chamadas dos veículos. Entre os jornalistas curitibanos ouvidos nesta pesquisa, a maioria admite que suas subjetividades estão

espelhadas, de alguma maneira, no conteúdo que veiculam – ainda que as propensões políticas apareçam de maneira menos frequente do que as posturas morais e éticas.

Finalmente, merece destaque neste conjunto de reflexões o surpeendente dado da satisfação dos profissionais entrevistados com suas condições de trabalho e com a clareza que declaram existir em relação à linha editorial dos veículos, além do ambiente democrático de trabalho. Estes dados mereceriam um aprofundamento de análise, mediante pesquisa mais ampla e mais detalhada – tarefa que pode ficar indicada para a próxima turma de Teoria da Comunicação no ano letivo de 2014.

Referências bibliográficas

BÉLIZ, G. E. e PUCEIRO, E. Z. *La cultura profesional del periodismo argentino*. Buenos Aires: Universidad Austral, 1998.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

BREED, W. Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N.(org) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias".* 2 ed. Lisboa:Vega,1993.

MARTINS, Fernando. Teoria do Jornalismo, mais clareza para a profissão. *Observatório da Imprensa*, edição 405, 2006. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/teoria-do-jornalismo-mais-clareza-para-a-profissao. Acesso em 09 de julho de 2013

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em "tempo real" – o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PENA. F. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2006

REBELO, J. *O discurso do jornal*: o como e o porquê. Lisboa: Editorial Notícias, 2000

SOUSA, J. P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argus, 2002

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*, v. I. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004

TUNSTALL, J. *Journalists at Work* – specialist correspondents: their news organizations, news sources, and competitor-colleagues. London: Constable, 1971